
Re: Questionamento TP 002/2020 - RTC Engenharia Ltda.

De : Daniel O. Ribeiro <danieloribeiro.adv@gmail.com> qua, 30 de dez de 2020 12:46

Assunto : Re: Questionamento TP 002/2020 - RTC Engenharia Ltda.

Para : secomp@inea.rj.gov.br

Cc : Diram Coordenacao <diram.inea@gmail.com>, Luiz Henrique França <luizfsilva.inea@gmail.com>

Prezados, boa tarde!

Seguem os esclarecimentos acerca de eventual reajuste aplicável no presente caso.

O reajuste, instituto requerido no pleito, é tratado nos artigos 40, XI e 55, III do Estatuto Licitatório. Consiste, em uma forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devendo, contudo, ser previamente estabelecido, razão pela qual se torna desnecessária a demonstração dos eventos causadores do desequilíbrio, visto que depende tão-só da previsão de sua incidência e da fixação de índice que reflita a variação efetiva do custo de produção. Assim, o reajuste ocorre de forma automática, podendo ser efetuado através de simples apostila, com base no índice e ultrapassado o prazo inicialmente acordado.

Em suma, apenas para categorizar os entendimentos, o Enunciado n.º 14 da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro apresenta o seguinte:

“Enunciado n.º 14 - PGE: Reajuste de preços nos contratos

- 1. O reajustamento de preços - seja no sentido genérico ou no restrito, denominado no âmbito federal de repactuação — tem por objetivo recompor o valor da proposta do contratado, em razão do impacto da inflação nos preços dos custos que a integra.*
- 2. A partir do exame do objeto da licitação poderá ser avaliado qual será o critério de reajuste: (i) aplicação de um indicador inflacionário (por exemplo, o IPCA do IBGE) ou (ii) variação dos custos verificados a partir de um acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.*
- 3. Quando se tratar de reajuste em sentido genérico, o índice previsto no edital e no contrato administrativo deve ser setorial, refletindo a variação dos custos e insumos daquele segmento específico.3.1 Somente é admissível a adoção de um índice geral quando inexistir índice setorial.*

4. O prazo de 12 (doze) meses para início do câmputo do reajuste começa a contar da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir, consoante expressamente previsto no art. 40, XI da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e na Lei nº10.192, de 14.02.2001.4.1 A anualidade do reajuste se conta a partir desses marcos temporais e não da assinatura do contrato ou do requerimento do contratado.4.2 Tendo sido fixado o termo inicial da contagem do reajuste, conforme previsão no edital e no contrato, 12 (doze) meses depois, o contratado tem direito a sua concessão, passando, a partir de então, a ser fixada a data do seu aniversário.

5. Nos contratos de prestação de serviços onde haja alocação de mão de obra com exclusividade para determinado contrato, ou seja, quando se tratar de mão de obra residente, o termo inicial da contagem do reajuste deve corresponder à data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação.5.1 Nestes contratos, os preços dos demais insumos que não se relacionam com a mão de obra devem ser reajustados segundo o índice inflacionário previsto no contrato, tendo como termo a quo a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se refira.5.2 Nas contratações que envolvam mão de obra é possível considerar dois marcos iniciais para reajuste, cuja explicitação deve estar expressa no edital e no contrato: (i) a data da celebração do acordo ou convenção coletiva ou da prolação da decisão no dissídio para o reajuste das despesas relativas à mão de obra e (ii) a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se refira para o reajuste, no caso dos demais insumos.

6. Não é cabível o reajuste se não há previsão expressa no edital e no contrato administrativo.6.1 A ausência de previsão em edital e contrato de cláusula de reajuste em razão de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho nos contratos de prestação de serviço com mão de obra residente impede a sua aplicação.

7. Qualquer retroatividade dos efeitos ao reajuste é descabida se não for observada estritamente a definição pelo edital e contrato.”

(Pareceres nº 04/96-VCP; 08/97-JAF; 18/98-JAV; 21/98-JETB; 01/99-RMS; 64/01-JAV;10/02-JAV; 32/03-RMS; 03/03-FAG; 01/04-CCM; 01/05-FAG; 8/2008-CGRYN-SEEDUC;02/2010-FAG; 01/2013-APCBCA; PGE/PSP/FBM-7/2013; 08/2015-APCBCA e01/FMP-SECTI/2015) Publicado: DO I, de 12/05/2016 Pág. 37.

Atenciosamente,

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

Assessor Técnico

Diretoria de Recuperação Ambiental

Instituto Estadual do Ambiente